

**Instituto de Administração da Saúde e
Assuntos Sociais, IP-RAM**

**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES**

2015

Ficha Técnica

Relatório de Atividades - 2015

Edição

Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM

Rua das Pretas n.º 1

9004-515 Funchal

Telf. 291212300, Fax 291281421

iasaude@iasaude.sras.gov-madeira.pt

<http://iasaude.sras.gov-madeira.pt>

INDICE

1 – Nota Introdutória	4
1.1 – Objetivo	4
1.2 – Metodologia de elaboração do relatório	4
1.3 – Missão	5
1.4 - Caracterização	7
1.5 – Objetivos estratégicos	9
2 – Análise dos recursos das atividades desenvolvidas	9
2.1 – Recursos Humanos	9
2.2 – Recursos Financeiros	10
2.3 – Análise das atividades desenvolvidas pelas Unidades	12
2.3.1. - Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral (DSPAG)	12
2.3.1.1 -Unidade de Engenharia Sanitária (UES)	14
2.3.1.2. - Unidade Operacional de Administração Geral (UAG)	16
2.3.1.3. – Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (UCAD).	20
2.3.2. – Departamento de Gestão Financeira e Contratualização (DGFC)	27
2.3.2.1 - Unidade Flexível de Sistemas de Informação (USI)	29
2.3.2.2. – Unidade Operacional de Contratualização (UOC)	31
2.3.3. - Gabinete Jurídico (GJ)	40
2.3.4. - Gabinete de Assuntos Farmacêuticos (GAF)	42
2.3.5. – Serviço de Defesa do Consumidor (SDC)	44
3 - AVALIAÇÃO FINAL	46

I – NOTA INTRODUTÓRIA

1.1. – Objetivo

Este relatório tem como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas pelo IASAÚDE, IP-RAM durante o ano de 2015.

São apresentados os resultados e comentados os indicadores que traduzem a realização dos principais domínios de atuação do Instituto, caracterizando-se também os recursos financeiros e humanos que deram suporte à sua atividade.

Para além dos destinatários institucionais, o relatório poderá igualmente interessar a todos aqueles que, de diversas formas e em diferentes qualidades, colaboraram com este instituto ou a ele estão ligados.

O relatório é elaborado nos termos do Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de Setembro, sem prejuízo de uma apresentação que põe em evidência a implementação num modelo de gestão por objetivos, nos termos da legislação em vigor.

1.2. Metodologia de elaboração do relatório

O presente Relatório de Atividades foi elaborado tendo por base a missão e atribuições do IASAÚDE, IP-RAM.

Para a elaboração deste documento foi efetuado o levantamento, em todas as unidades orgânicas, da informação respeitante ao grau de concretização das metas associadas aos indicadores de desempenho, bem como às atividades e/ou projetos desenvolvidos, sejam da exclusiva responsabilidade de cada unidade orgânica, sejam de responsabilidade partilhada.

Foi solicitado às unidades orgânicas que efetuassem uma apreciação global sobre o desempenho do indicador, bem como uma fundamentação relativa à realização do objetivo e identificassem também as causas no caso de incumprimento de atividades, ações e/ou projetos não executados ou com resultados insuficientes. A informação obtida foi sistematizada e harmonizada em articulação com as unidades orgânicas, tendo sido objeto de reanálise e correção pelas mesmas, sendo posteriormente consolidada num documento final.

1.3.- Missão

O IASAÚDE, IP-RAM, tem por missão proceder à definição e implementação de políticas, normalização, regulamentação, planeamento e avaliação em saúde, bem como assegurar a gestão dos recursos humanos e financeiros, da formação profissional, das instalações e equipamentos, dos sistemas e tecnologias de informação do Serviço Regional de Saúde e dos serviços da administração direta e indireta, no domínio da SRAS.

São atribuições do IASAÚDE:

- a) Garantir o apoio técnico à formulação de políticas e ao planeamento estratégico da saúde, acompanhar e avaliar a execução das políticas, dos instrumentos de planeamento e dos resultados obtidos e impulsionar a procura de ganhos em saúde;
- b) Assegurar a elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Regional de Saúde, incrementando a sua execução em todo o Sistema Regional de Saúde;
- c) Regulamentar, orientar e coordenar as atividades de promoção da saúde e de prevenção e controlo da doença, assegurando o acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade, pela adequação dos recursos disponíveis às necessidades em saúde;
- d) Desenvolver e fomentar atividades no âmbito da saúde pública, de forma a garantir a proteção da saúde das populações e coordenar e assegurar a vigilância epidemiológica a nível regional, bem como dos sistemas de alerta e resposta apropriada;
- e) Assegurar o desenvolvimento de programas de saúde e fomentar e coordenar a produção de informação adequada, designadamente estatística, em articulação com os demais serviços da SRAS;
- f) Planear, coordenar e monitorizar a gestão dos recursos humanos do Serviço Regional de Saúde e dos serviços da administração direta e indireta, no domínio da SRAS, suportado num adequado sistema integrado de informação, e desenvolver estudos de gestão previsional de recursos humanos, bem como garantir a sua valorização e qualificação profissional, propondo e gerindo planos de formação e promovendo a respetiva formação profissional;
- g) Articular com os organismos nacionais nos domínios da regulação profissional e de regimes de trabalho e coordenar o registo de profissionais de saúde;
- h) Proceder à gestão do internato médico na Região, sem prejuízo das competências dos respetivos órgãos específicos, nos termos da lei;

- i) Coordenar as atividades da SRAS para a definição da rede de instalações e equipamentos do Serviço Regional de Saúde, estabelecendo prioridades e propondo planos de investimentos públicos a realizar no seu desenvolvimento, modernização e renovação;
- j) Coordenar as atividades da SRAS para a definição de políticas sobre sistemas e tecnologias de informação e de comunicação, o seu desenvolvimento e avaliação, promovendo a definição e utilização de normas, metodologias e requisitos que garantam a interoperabilidade e interconexão dos sistemas de informação da saúde;
- l) Planear e coordenar a gestão dos recursos financeiros afetos à SRAS, designadamente estudando e propondo modelos de financiamento do Serviço Regional de Saúde, definir as normas e as orientações sobre modalidades para obtenção, distribuição e aplicação dos recursos financeiros, bem como do sistema de preços e de contratação das prestações de saúde;
- m) Acompanhar, avaliar e controlar o desempenho económico -financeiro dos serviços e estabelecimentos do Serviço Regional de Saúde, bem como desenvolver e implementar acordos com outras entidades responsáveis pelo pagamento de prestações de cuidados de saúde;
- n) Regular, supervisionar e acompanhar a atividade dos estabelecimentos, instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde, nos termos da lei, emitir e adaptar normas definidoras das condições técnicas, bem como emitir e difundir orientações para a adequada prestação de cuidados de saúde, nas redes hospitalar, de centros de saúde e de cuidados continuados, e proceder à sua avaliação;
- o) Assegurar o desenvolvimento dos sistemas de avaliação de serviços e coordenar e controlar a sua aplicação, bem como coordenar a aplicação de medidas tendentes a promover, de forma permanente e sistemática, a simplificação, a inovação e a modernização administrativas, no âmbito do Serviço Regional de Saúde;
- p) Promover e coordenar ações de controlo e auditoria, designadamente financeiras, aos sistemas de gestão e ao desempenho organizacional;
- q) Afetar recursos financeiros às instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde financiados pelo Serviço Regional de Saúde, através da negociação, celebração e acompanhamento de contratos -programa;
- r) Proceder à celebração, acompanhamento e revisão de acordos, protocolos e convenções com profissionais em regime liberal e entidades privadas de saúde, com ou sem fins lucrativos;

- s) Garantir a comparticipação aos utentes dos encargos resultantes da prestação de cuidados de saúde ao abrigo de acordos, protocolos ou convenções celebrados com entidades privadas de saúde, nos termos dos regulamentos em vigor;
- t) Promover a redução do consumo de drogas lícitas e ilícitas, bem como a diminuição das toxicodependências, designadamente através da realização de ações e programas de prevenção, e dinamizar e acompanhar o plano regional de luta contra a droga e a toxicod dependência;
- u) Coordenar os processos de licenciamento das entidades privadas prestadoras de cuidados de saúde ou serviços de saúde, com ou sem fins lucrativos, bem como dos estabelecimentos farmacêuticos, e proceder à fiscalização e verificação da aplicação do respetivo quadro normativo em vigor;
- v) Assegurar a atividade de farmacovigilância, a nível regional;
- x) Estabelecer e coordenar as relações com os diferentes organismos nacionais e internacionais da saúde;
- z) Exercer as funções de autoridade de saúde na Região, nos termos da lei.

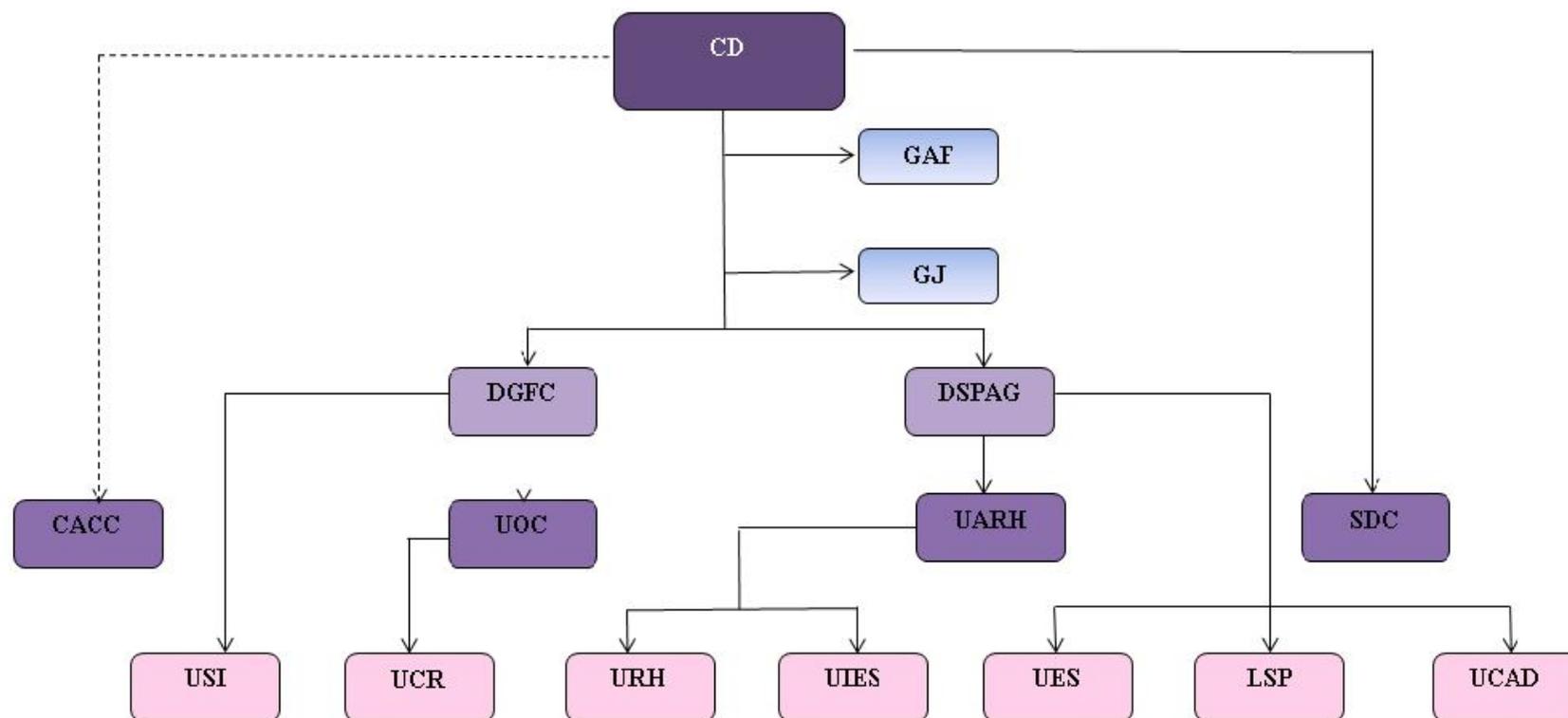
1.4. – Caraterização

Com a publicação do Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2015/M, sobre a organização e funcionamento do XII Governo Regional da Madeira, foi criada a Secretaria Regional da Saúde, ficando o Instituto de Administração da Saúde sob a sua tutela sendo ainda transferidas as competências então atribuídas, designadamente nas áreas da comunicação social, emprego e habitação à Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais.

Com o Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2015/M, de 19 de agosto, que aprovou a orgânica da Secretaria Regional da Saúde, é dada uma nova estrutura orgânica ao IASAÚDE, IP-RAM, que aguarda a sua publicação.

No entanto, mantém-se em vigor os estatutos republicados pela Portaria n.º 178/2012, de 31 de dezembro, que aprova os Estatutos do IASAÚDE, IP-RAM e revoga a anterior Portaria n.º 80-A/2008, de 30 de junho.

Estrutura Orgânica do IASAÚDE, IP-RAM



CD – Conselho Diretivo

GAF – Gabinete de Assuntos Farmacêuticos

GJ – Gabinete Jurídico

DGFC – Departamento de Gestão Financeira e Contratualização

DSPAG – Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral

CACC – Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo

UOC – Unidade Operacional de Contratualização

UARH – Unidade Operacional de Administração Geral e Recursos Humanos

SDC – Serviço de Defesa do Consumidor

USI – Unidade Flexível de Sistemas de Informação

UCR – Unidade Flexível de Comparticipações e Reembolsos

URH – Unidade Flexível de Recursos Humanos

UIES – Unidade Flexível de Instalações, Equipamentos e Segurança

UES – Unidade Flexível de Engenharia Sanitária

LSP – Laboratório de Saúde Pública

UCAD – Unidade de Comportamentos, Aditivos e

Dependências

1.5. – Objetivos estratégicos

Numa perspetiva de continuidade, os objetivos estratégicos definidos pelo IASAÚDE, IP-RAM mantiveram-se os mesmos de 2014.

- 1 - Assegurar o acesso a Cuidados de Saúde seguros e adequados às necessidades conhecidas da População, através de mecanismos de contratualização com serviços públicos e privados integrados no Sistema Regional de Saúde;
- 2 - Prever e consolidar a gestão estratégica dos recursos humanos e financeiros necessários à prossecução dos objetivos dos serviços de administração direta e indireta no domínio da SRAS;
- 3 - Promover a qualificação profissional dos profissionais afetos aos serviços da SRAS;
- 4 - Reforçar e consolidar as relações com organismos Nacionais e Internacionais com objetivos de Saúde incrementando a relevância da Região na Rede de Regiões de Saúde;
- 5 - Melhorar as competências da população da Região no que se refere à proteção da saúde e prevenção da doença.
- 6 – Dinamizar o sistema de defesa do consumidor

II – ANÁLISE DOS RECURSOS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1. Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2015, encontravam-se a desempenhar funções no IASAÚDE-IP-RAM, 190 trabalhadores. Houve um decréscimo de 3 colaboradores, comparativamente ao ano transato.

Recursos Humanos		Dirigente	Técnico Superior	A. Técnico	A. Operacional	C. Categ. Subsistentes	C. e Corpos especiais	Médicos	Enfermagem	Outras	Total
Contrato por tempo indeterminado	H	3	10	15	5	0	5	1	-	5	44
	M	6	40	50	12	9	20	1	2	-	140
	T	9	50	71	17	11	25	2	2	5	184
Outros	H	2	2	1	-	-	-	-	-	-	5
	M	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	T	3	2	1	-	-	-	-	-	-	6
Total efetivos	H	5	12	16	5	0	5	1	-	5	49
	M	7	40	50	12	9	20	1	2	-	141
	T	12	52	66	17	9	25	2	2	5	190
Total		12	52	69	17	9	25	2	2	5	190

2.2. Recursos Financeiros

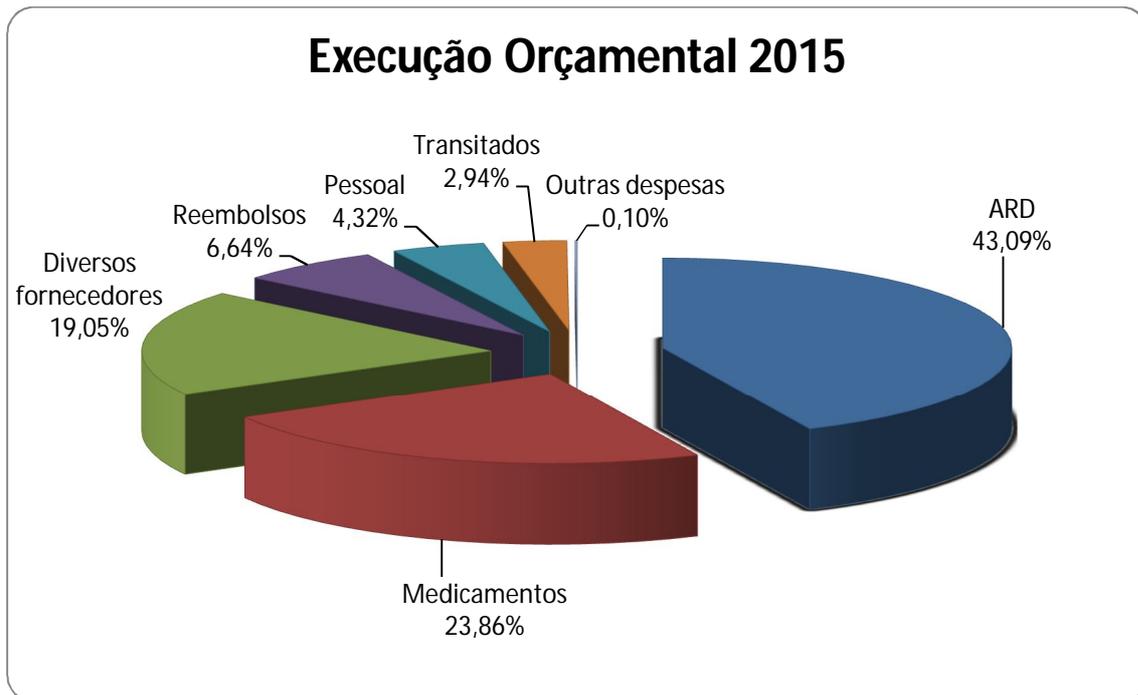
O orçamento inicial do IASAÚDE, IP-RAM foi de 97.537.912€. Ao longo do ano 2015 sofreu diversas alterações orçamentais decorrentes de reforços e anulações provenientes do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, o que resultou num orçamento corrigido de 117.438.322€. As rubricas de “Produtos vendidos em farmácias – ARD ANF” e “outros trabalhos especializados” foram aquelas que sofreram mais alterações, nomeadamente pelo pagamento integral do valor total devido no âmbito do Acordo de Regularização de Dívidas com a Associação Nacional de Farmácias, e da necessidade de reforçar a dotação orçamental para pagamento dos tratamentos de doentes com hepatite C. Em ambos os casos não havia dotação inicial para a sua execução.

Execução Orçamental 2015

Na tabela seguinte passamos a evidenciar algumas despesas mais representativas do orçamento do IASAÚDE, IP-RAM em 2015:

Grandes Rúbricas Orçamentais	Valores
Acordos de Regularização de Dívidas	47.624.526,77€
Produtos vendidos em farmácias	26.374.705,60€
Diversos Fornecedores	21.054.229,18€
Reembolsos despesas saúde (ADSE/SRS)	7.335.761,00€
Despesas com pessoal	4.769.391,87€
Despesas transitadas	3.245.885,38€

No que se refere à execução orçamental em 2015, foram efetuados pagamentos no valor de € 110.519.076,00€, o que corresponde a uma taxa de execução orçamental de 94,10%.



Como se pode constatar pela análise do gráfico e tabela acima apresentadas, cerca de 43% das despesas do IASAÚDE destinaram-se ao pagamento de Acordos de Regularização de Dívidas relativos a despesas de anos anteriores a 2012 que não haviam sido pagas. Os Acordos foram efetuados com a Associação Nacional de Farmácias, Caixa Geral de Depósitos, Banco Comercial Português, e as três Instituições de Psiquiatria que intervêm na Região.

As despesas com medicamentos, diversos fornecedores e reembolsos de despesas de saúde aos Utentes da ADSE e do Serviço Regional de Saúde, representaram quase 50% do orçamento executado pelo IASAÚDE, assumindo as restantes despesas um carácter residual 7%, apesar de importarem valores significativos.

2.3. Análise das atividades desenvolvidas pelas Unidades

2.3.1. – Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral (DSPAG).

O Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral (DSPAG) compreende duas unidades operacionais, a Unidade Operacional de Administração Geral (UAG) e a Unidade Operacional de Intervenção em Comportamento Aditivos e Dependências (UCAD).

No DSPAG estão integrados:

- A Unidade flexível de Engenharia Sanitária
- O Laboratório Regional de Saúde Pública
- A unidade técnica de apoio à promoção e proteção da saúde;
- A unidade técnica de estudos e informação em saúde
- A unidade técnica de comunicação e educação para a saúde
- A unidade técnica de instalações e equipamentos.



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Implementar mecanismos e instrumentos de Observação em Saúde

- A atividade relativa à integração no Grupo Coordenador Nacional do Inquérito Nacional de Saúde em Exame Físico (INSEF) foi superada atendendo ao facto de ter havido mais participações nas reuniões nacionais durante o ano de 2015 do que as inicialmente previstas.
- No que diz respeito à atividade de implementação do INSEF e de realização do trabalho de campo, esta foi superada na medida em que foram efetuadas mais 100 observações/participações das 600 que estavam previstas.

- Dos 3 suportes previstos para se proceder à implementação de um plano de comunicação de apoio ao INSEF, foram criados mais 4, pelo que a atividade foi superada.

Objetivo Operacional 2 - Prevenir e controlar doenças transmitidas pelo vetor *Aedes aegypti*:

- A atividade que previa o desenvolvimento das atividades de mobilização social para o controlo e prevenção do vetor *Aedes aegypti* foi superada em +26 atividades, totalizando 36.
- A previsão de participação em eventos técnicos e científicos em contexto nacional e internacional partilhando experiência regional de prevenção e controle de doenças transmitidas por vetores, foi superada em mais 2, do que inicialmente previsto – 2.
- O n.º de suportes de informação e comunicação em saúde criados e difundidos, foi claramente superada relativamente à meta proposta, tendo sido criados 21 suportes e difundidos 78.994 exemplares.

Objetivo Operacional 3 - Assegurar a gestão da informação dos fenómenos de saúde e doença que suportam a decisão e a definição da política de Saúde Regional:

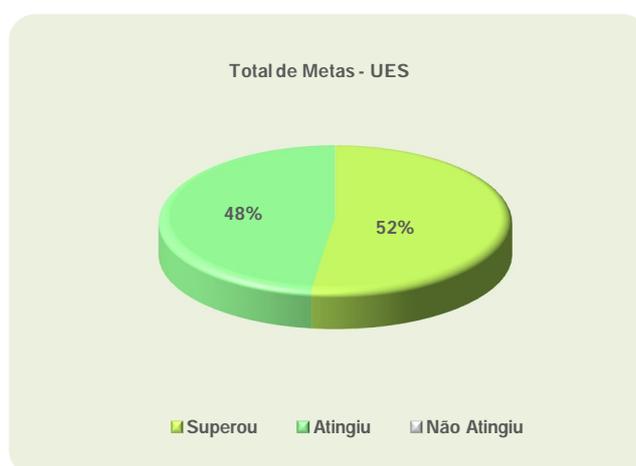
- Foi estabelecida a meta de criar 1 suporte de informação com os indicadores em saúde do Plano Regional de saúde 2011-2016 atualizados, por forma a poder ser realizada a avaliação intercalar do Plano Regional de Saúde 2011-2016. Foram efetuados 2 suportes.
- A atividade relacionada com a criação e difusão de suportes de informação em saúde - epidemiológicos, avaliação económica, produção assistencial - dashboard e relatórios temáticos - foi superada, na medida em que foram criados 56 suportes, em vez dos 4 previstos no Plano de Atividades;
- No âmbito da preparação e elaboração do Plano Regional de Saúde (PRS) 2011-2016, foram criados os dois documentos – O Plano Regional de Saúde 2011-2016 extensão até 2020 e o texto de resolução do Conselho de Governo, cuja conclusão estava prevista para 30 de setembro. Efetivamente foi concluída a 31 de julho, tendo sido assim superada.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Implementar mecanismos e instrumentos de Observação em Saúde	3	3	-	-
Prevenir e controlar doenças transmitidas pelo vetor <i>Aedes aegypti</i>	3	3	-	-
Assegurar a recolha de informação e a análise sobre a situação de saúde regional com interesse para a decisão e a definição da política de Saúde	3	3	-	-
TOTAL	9	9	-	-

2.3.1.1 - Unidade de Engenharia Sanitária (UES)

A Unidade de Engenharia Sanitária definiu 3 objetivos operacionais, que nortearam a sua atividade diária, num total de 23 indicadores.

Assim, no ano de 2015 a UES conseguiu superar 12 dos objetivos propostos e atingir 11, traduzindo-se numa percentagem de 52% e de 48%.



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Assegurar as atividades necessárias à vigilância sanitária dos sistemas de abastecimento de água, zonas balneares e de recreio:

- As colheitas de amostras de água para consumo humano, de água de piscina, de água do mar e de areia para análise laboratorial foram todas realizadas dentro do prazo previsto no calendário, tendo sido superadas estas atividades;
- Os relatórios referentes à qualidade da água para consumo humano e da qualidade da água do mar foram apresentados atempadamente;
- Foram efetuadas, pelo menos, 2 vistorias prévias e durante a época balnear às estruturas de apoio das zonas balneares candidatas à Bandeira Azul.
- A atividade referente à inspeção e colheita de amostras de água para pesquisa da *Legionella* foi superada, tendo em consideração que foram efetuadas 100 análises em vez das 83 previstas.

Objetivo Operacional 2 – Apoio técnico e fiscalização do licenciamento e funcionamento das unidades privadas de saúde, dos serviços de segurança e saúde no trabalho e dos estabelecimentos industriais:

- Todas as vistorias para efeitos de licenciamento das unidades privadas de saúde, empresas de segurança e saúde no trabalho e no âmbito do licenciamento, foram efetuadas dentro do prazo estipulado, após a entrada do processo na UES;
- Os relatórios referentes às vistorias efetuadas, foram entregues dentro do prazo previamente estabelecido;
- Os pareceres emitidos no âmbito da atividade da UES foram elaborados dentro do prazo previamente estabelecido

Objetivo Operacional 3 - Promover a adaptação de programas específicos relacionados com vetores:

- No âmbito do Projeto Dengue foi efetuada a monitorização de armadilhas para captura de ovos de mosquitos, tendo sido superada a atividade em +1540.
- A monitorização das armadilhas para captura de mosquitos adultos foi superada em +651, tendo em consideração que estava prevista a realização de 2000 verificações anuais às armadilhas.

- Foram preenchidas 1189 fichas de campo anuais, por prospeção de criadouros de mosquitos em moradias, jardins públicos, terrenos abandonados, etc
- No âmbito do Plano de Contingência para a Dengue foram elaborados 801 boletins anuais, tendo sido superada em +201 boletins.
- A atividade relacionada com a elaboração de um painel entomológico semanal, por freguesia, foi igualmente superada em +291 boletins, dos 250 inicialmente previstos.
- Por fim, a elaboração de mapas epidemiológicos foi também superada, considerando que foram elaborados 7 mapas, dos 6 inicialmente previstos.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Assegurar as atividades necessárias à vigilância sanitária dos sistemas de abastecimento de água, zonas balneares e de recreio	8	6	3	-
Apoio técnico e fiscalização do licenciamento e funcionamento das unidades privadas de saúde, dos serviços de segurança e saúde no trabalho e dos estabelecimentos industriais	8	-	8	-
Promover a adaptação de programas específicos relacionados com vetores	6	6	-	-
TOTAL	23	12	11	-

2.3.1.2. - Unidade Operacional de Administração Geral (UAG)

A Unidade Operacional de Administração Geral de Administração Geral compreende:

- A unidade técnica de apoio à UAG;
- A unidade técnica de apoio à formação profissional;
- A unidade técnica de recursos humanos
- A secção de processamento de vencimentos
- A secção de expediente
- A secção de divulgação e documentação

A UAG definiu 3 objetivos operacionais, para um total de 13 atividades.

Das atividades propostas a UAG superou 11 e atingiu 2.



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Acompanhar, Coordenar e Controlar o Planeamento e a Gestão dos Recursos Humanos afetos ao IASAÚDE, IP-RAM:

- A atividade de elaboração do mapa de pessoal do IASAÚDE, IP-RAM foi atingida graças à boa articulação e colaboração entre as várias partes intervenientes;
- A elaboração dos relatórios exigidos pelo PAEF RAM foram sempre emitidos atempadamente, tendo assim superado a atividade;
- As remunerações e outros abonos do pessoal do IASAÚDE, foram processadas antes do sétimo dia de cada mês, tendo sido superada em 1 dia relativamente à meta traçada – 8.º dia útil, em resultado da boa articulação entre os dois setores envolvidos;
- Superação do prazo para atualização do programa informático dos Internatos Médicos em virtude do pleno domínio do programa, mantendo sempre a base de dados atualizada.
- A atividade relacionada com a atualização dos dados dos Recursos Humanos e dos cadastros dos trabalhadores foi superada.
- A elaboração dos documentos inerentes à área dos Recursos Humanos, foi efetuada no tempo estabelecido, tendo assim atingido a tarefa.

Objetivo Operacional 2 - Acompanhar, Coordenar e Controlar a Gestão Documental, Arquivo e Divulgação:

- Verificou-se a redução da taxa de inconformidades detetadas no registo e distribuição de toda a documentação do IASAÚDE, IP-RAM, graças ao bom trabalho de equipa, da delegação de tarefas e da capacidade para gerir os contratempos, sendo assim superada a atividade;

- O tempo médio estabelecido para a atualização dos documentos afetos à Biblioteca foi superado, ocorrendo esta atualização sempre antes do 3.º dia útil.
- A percentagem de documentos classificados aumentou, graças à distribuição das tarefas que é feita, fazendo com haja maior produtividade, superando assim a atividade;
- A atividade de melhorar e promover a constante atualização na difusão dos recortes de imprensa foi superada.

Objetivo Operacional 3 – Assegurar o cumprimento da implementação das políticas de Recursos Humanos no âmbito dos instrumentos de gestão.

- Superação do prazo estipulado para a elaboração do balanço social do IASAÚDE, IP-RAM, graças ao bom planeamento da atividade, através da solicitação dos dados atempadamente por forma a poderem ser tratados;
- O prazo de entrega do Relatório de atividades da Unidade Técnica de Divulgação e Documentação foi superado, tendo sido entregue 1 dia antes do estipulado.
- O Relatório de atividades foi entregue antes do prazo previamente estabelecido graças à uma monitorização ao plano de atividades.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Acompanhar, Coordenar e Controlar o Planeamento e a Gestão dos Recursos Humanos afetos ao IASAÚDE, IP-RAM	6	4	2	-
Acompanhar, Coordenar e Controlar a Gestão Documental, Arquivo e Divulgação	4	4	-	-
Assegurar o cumprimento da implementação das políticas de RH no âmbito dos instrumentos de gestão.	3	3	-	-
TOTAL	13	11	2	-

Formação Profissional

De acordo com as alíneas j) a n) do artigo 3.º da Portaria n.º 178/2012, de 31 de dezembro, compete à UAG a dinamização do Plano Intersectorial da Secretaria Regional, gerindo toda a dinâmica que envolve a realização das ações de formação.

No entanto, devido à nova estrutura orgânica do Governo Regional da Madeira, houve procedimentos que tiveram de aguardar pelos trâmites legais para poderem dar continuidade. Por força de toda esta reestruturação, o processo necessário para a elaboração do Plano de Formação Intersectorial da SRAS, ficou pela fase inicial, tendo sido no entanto efetuado o levantamento e compilação da atividade formativa a realizar em 2015, num total de 23 ações previstas, a ser aprovada pelo novo Secretário da Saúde, o que não se veio a verificar, uma vez que por parte do Fundo Social Europeu não foram abertas as candidaturas para os fundos comunitários afetos à formação profissional para o novo quadro comunitário Madeira 15-20.

Por todas estas razões, os trabalhadores do IASAÚDE, IP-RAM realizaram apenas formação profissional por iniciativa individual.

Formação Profissional por iniciativa individual

No que diz respeito à formação profissional por iniciativa individual, foram autorizadas 45 dispensas de serviço.

Ações de formação por iniciativa individual

Unidade Orgânica	Dispensas autorizadas
DSPAG	13
UES	8
LRSP	4
UCAD	18
USI	2
TOTAL	45

Destas ações, 5 foram em comissão de serviço, devidamente autorizadas pelo Conselho Diretivo.

Outras Iniciativas

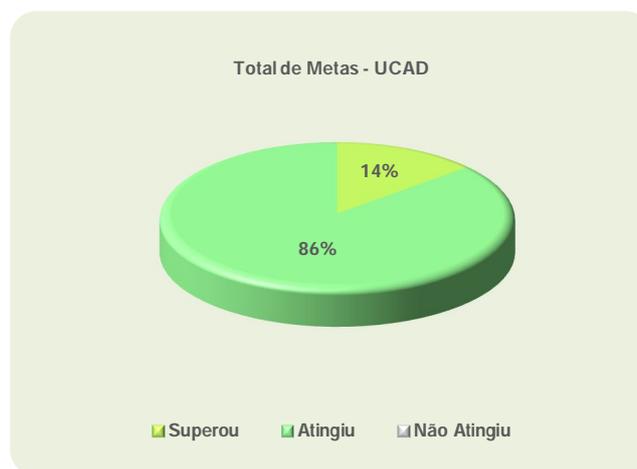
Durante o ano de 2015, a Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública, através da Direção Regional da Administração Pública e da Modernização Administrativa, dinamizou duas ações de formação, tendo sido atribuídas ao IASAÚDE 2 vagas, as quais foram ocupadas por trabalhadores do Gabinete Jurídico.

2.3.1.3. – Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (UCAD).

Em 2015, definiram-se 5 objetivos operacionais para quatro áreas fundamentais, designadamente: Prevenção, Informação e Cooperação, no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências, em continuidade com o planeamento definido em 2014.

Assim, de acordo com os objetivos definidos estruturou-se um conjunto de 21 atividades preventivas para a operacionalização dos mesmos, com especial enfoque nas intervenções preventivas de âmbito universal e seletivo.

Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências superou 14% e atingiu 86% das metas previstas.



Principais resultados alcançados:

Objetivo operacional 1 – Disponibilizar à população em geral respostas diferenciadas no âmbito dos problemas associados aos comportamentos aditivos e dependências (CAD).

- A atividade relacionada com a dinamização do Gabinete de atendimento e aconselhamento à população em geral foi superada em +62 atendimentos, graças ao envolvimento da equipa foi assegurada uma resposta adequada e célere a todos os pedidos de apoio/atendimento dirigidos ao Gabinete da UCAD.

Objetivo operacional 2 - Desenvolver programas e projetos de intervenção adequados, reforçando as iniciativas de prevenção universal e seletiva:

- A continuidade das parcerias estabelecidas com os diversos meios de comunicação social permitiu a elaboração e publicação de artigos, a realização de entrevistas na rádio e na TV e para os jornais regionais contribuiu para que a atividade relacionada com a participação e colaboração da UCAD com os diversos meios de comunicação social fosse superada em +22 participações.
- Graças ao envolvimento no programa comunitário de diversas entidades regionais com intervenção na área da saúde e social, fez com que a atividade relacionada com o Desenvolvimento do programa Comunitário em colaboração com entidades parceiras, iniciativa de intervenção no âmbito da prevenção dos comportamentos de risco nos jovens tivesse um total de 23 entidades envolvidas, superando a expectativa das 6 entidades envolvidas.
- A dinamização de ações e iniciativas preventivas no âmbito do programa Comunitário, dirigidas aos jovens das instituições tutelares educativas parceiras foi superada, considerando que, em articulação com as entidades parceiras deste programa, foi definido um plano de atividades que possibilitou a concretização de um número acrescido de ações.
- A atividade sobre a elaboração de um manual de suporte aos técnicos com a integração da componente prática para aplicação junto dos jovens, no âmbito do Programa Comunitário, foi atingida graças ao envolvimento da equipa.
- A atividade sobre o planeamento e implementação de um programa formativo para os técnicos das entidades parceiras do programa Comunitário, foi atingida considerando que foram formados 45 técnicos, tendo sido este a meta proposta para esta atividade.
- Na continuidade da aposta na vertente formativa, foi possível abranger um número acrescido de técnicos, nomeadamente da área escolar, social e desportiva, tendo-se assim conseguido superar a atividade relacionada com a Formação de técnicos com intervenção em contexto comunitário, no âmbito da prevenção dos CAD;
- A Dinamização do Programa Atlante, dirigido a alunos que frequentam as escolas de 2.º e 3.º ciclo da RAM foi atingida, tendo sido abrangidas 79% das escolas.

- A atividade sobre a realização da campanha de sensibilização Diversão sem riscos, dirigida aos alunos que frequentam o ensino secundário da RAM, foi superada em +5 escolas, das 4 previamente previstas, uma vez que foi possível implementar o projeto num número acrescido de escolas comparativamente ao inicialmente previsto, em resultado da resposta positiva das escolas.
- A Monitorização e avaliação da implementação do módulo específico de prevenção da toxicod dependência, integrado no Programa da SREC - Preparando o meu futuro, nas escolas do 1.º ciclo da RAM foi superada em +2 escolas, em relação ao inicialmente previsto, graças à aceitação das escolas do desafio proposto implementando-o junto dos alunos do 4º ano de escolaridade.
- Desenvolvimento e monitorização do programa Domicílios e Carros 100% livres de fumo em 10 escolas de 1º ciclo da RAM o 1.º ciclo da RAM foi atingido, pois o mesmo foi implementado em 10 escolas da região.
- Foi superada em + 2 escolas, a atividade relacionada com a dinamização do projeto “A vida são as nossas opções”, dirigido aos alunos que frequentam os cursos de educação e formação (CEF’S)
- No âmbito da formação de educadores de pares foi possível envolver 62 jovens provenientes da ESESJC, projeto PsicoAlerta da Uma e do projeto Diversão sem Riscos, pelo que a atividade de Formação de jovens Educadores de Pares para a intervenção no âmbito da prevenção da toxicod dependência em contexto recreativo (ESESJC e Uma) foi superada em + 12 pares de jovens formados.
- Relativamente à atividade de dinamização de ações de sensibilização / formação dirigidas à comunidade educativa em contexto universitário, sobre os riscos associados aos CAD, esta foi atingida na medida em que foram realizadas 4 ações de sensibilização /formação que abrangeram 68 alunos que frequentam os cursos de Medicina, Psicologia e de Ciências da Educação, das 4 ações inicialmente previstas
- No âmbito do contexto recreativo noturno, desenvolveu-se em parcerias, 7 iniciativas preventivas em eventos regionais. Foi ainda realizada uma ação de sensibilização/informação para empresários regionais pelo que a atividade relacionada com o Desenvolvimento de iniciativas de prevenção universal da toxicod dependência, em contexto recreativo noturno, em articulação com entidades públicas e privadas foi superada em +3 iniciativas;
- Dinamização do projeto Energy4Life, dirigido a jovens adolescentes residentes em instituições tutelares da RAM foi superada em + 48 jovens. A superação deste indicador deve-se à possibilidade surgida de integração de um número de jovens superior ao previsto.

Assim, no âmbito deste projeto foram envolvidos jovens provenientes de 5 instituições tutelares educativas da RAM

- A atividade relacionada com a Implementação de ações de prevenção da toxicod dependência em contexto desportivo, em associação com clubes e associações desportivas foi superada em + 4 associações abrangidas. A superação deste indicador referente ao número de parcerias com clubes desportivos, nomeadamente p Clube Desportivo de S. Roque, o Clube Desportivo Nacional, Ferraz Ténis Clube, resulta do maior investimento neste contexto e a consequente adesão destas entidades na prevenção dos CAD.
- A atividade relacionada com a Assinatura e dinamização de protocolos para a intervenção no contexto desportivo e comunitário foi atingida, tendo sido assinados 2 protocolos.
- A implementação de iniciativas de carácter seletivo, dirigidas a grupos populacionais e/ou contextos específicos: - programa comunitário, projeto canyoning, projeto Energy4Life e projeto Mães prevenidas, filhos felizes foi superada tendo em consideração que foram implementadas + 2 iniciativas
- A atividade relacionada com a Planificação e implementação da campanha de sensibilização sobre a alteração da lei do álcool dirigida aos comerciantes e proprietários de estabelecimentos em todas as freguesias da RAM, foi atingida tendo sido atingidas 2 freguesias;
- A Realização de ações de sensibilização no âmbito do Dia da Defesa Nacional foi superada, graças à presença de um número superior de jovens com 18 anos, o que fez com que se aumentasse o n.º de ações em +28.
- A atividade sobre a Dinamização do projeto de intervenção em contexto laboral: Uma Pausa para a Prevenção em parceria com entidades regionais foi superada em + 2 ações, tendo em consideração que foram realizadas 24 ações em parceria com 13 empresas regionais.

Objetivo Operacional 3 - Reforçar e consolidar as relações de cooperação no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências (CAD), com organismos nacionais e internacionais

A atividade de assegurar as relações de cooperação bilateral com entidades nacionais e internacionais, foi atingida, mantendo a UCAD a articulação com os seus parceiros.

Objetivo Operacional 4 - Garantir o acesso a informação objetiva, válida e atual e assegurar a continuidade da qualidade profissional dos técnicos e intervenientes, no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências (CAD).

- Criação e difusão de material de informação e divulgação sobre riscos associados aos CAD. Esta atividade foi superada uma vez que foram criados + 2 materiais de apoio dos 4 inicialmente previstos;
- A atividade relacionada com a Reestruturação e lançamento do microsite da UCAD foi atingida, na medida em que o microsite foi apresentado na data inicialmente prevista 6/11

Objetivo Operacional 5 - Participar na realização de estudos de investigação sobre o fenómeno da toxicodependência

- Colaborar em estudos de investigação nacionais e internacionais: participação no estudo no âmbito do projeto PEER (UICISA:E) e coordenado pelo IREFREA Portugal designado: Vulnerabilidade em contextos recreativos - Estudo de caso múltiplos em cidades de Língua Oficial Portuguesa. No presente ano foi estabelecida uma parceria para a participação da UCAD no estudo desenvolvido no âmbito do projeto PEER (UICISA:E) que permitiu caracterizar e diagnosticar alguns estabelecimentos de recreação noturna do concelho do Funchal, pelo que a atividade foi atingida.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Disponibilizar à população em geral respostas diferenciadas no âmbito dos problemas associados aos comportamentos aditivos e dependências (CAD).	1	1	-	-
Desenvolver programas e projetos de intervenção adequados, reforçando as iniciativas de prevenção universal e seletiva.	21	13	8	-
Reforçar e consolidar as relações de cooperação no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências (CAD), com organismos nacionais e internacionais	1	-	1	-
Garantir o acesso a informação objetiva, válida e atual e assegurar a continuidade da qualidade profissional dos técnicos e intervenientes, no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências (CAD).	2	1	1	-
Participar na realização de estudos de investigação sobre o fenómeno da toxicodependência	1	-	1	-
TOTAL	26	15	11	-

Ao longo do ano de 2015, realizou-se um conjunto de atividades quer por iniciativa da UCAD quer em resposta a diversas solicitações e distribuídas pelos vários contextos de intervenção, não previstas no PAA da UCAD.

Assim, em 2015, do total de intervenções desenvolvidas pela UCAD (N = 570) foram abrangidos 24 977 indivíduos em resultado da intervenção preventiva realizada pela equipa técnica da UCAD, integrada em projetos/programas e campanhas ou através da realização de ações pontuais.

Acresce ao valor total de pessoas abrangidas os alunos envolvidos no programa Atlante (N = 7 481), no programa Preparando o meu Futuro (N = 1 077), e no programa Domicílios sem Fumo (N = 117). Estes programas são aplicados pelos docentes nas escolas aderentes, aos quais foi ministrada previamente uma ação formativa validada pela SREC/DRE.

Em dados gerais, os resultados são os seguintes:

Nº Total de ações e pessoas abrangidas - UCAD

2015	Nº total ações	Nº total de pessoas
UCAD	570	24 977
Atlante - alunos	-	7 481
PMF ¹ - alunos	-	1 077
Domicílios sem Fumo	-	117

Nº de ações pontuais

(N= 60)

Ações pontuais	Total
Ações	41
Reuniões	19
Total Pessoas	1931

Nº de reuniões e pessoas abrangidas

UCAD	Total
Nº reuniões	98
Nº de pessoas	580

Total de ações e pessoas envolvidas, por contexto de intervenção
(N = 570, N = 24 977)

Contexto de intervenção	Ações	Pessoas
Escolar	175	6251
Comunitário	226	6591
Desportivo	32	2671
Familiar	20	48

Contexto de intervenção	Ações	Pessoas
Laboral	29	606
Recreativo	65	8 810
Comunicação Social	23	-

Total de ações e pessoas abrangidas, por concelhos da RAM

	Funchal	C. Lobos	R. Brava	P. Sol	Calheta	P. Moniz	S. Vicente	Santana	Machico	S. Cruz	P. Santo
Ações	475	26	6	3	3	4	8	9	10	19	4
Pessoas	19 078	675	178	81	83	32	2 643	232	926	992	58

Nº de projetos em curso, por contexto de intervenção

(N = 21)

Contextos de intervenção	Escolar	Comunitário	Desportivo	Familiar	Laboral	Recreativo
Projetos	7	8	2	1	1	2

Total de pessoas abrangidas em ações, por grupo etário

(N = 24 977)

Grupo etário	Total
0 - 4	0
5 - 9	384
10 - 14	2 847
15 - 19	10 606
20 - 24	2 800
25 - 29	2 202
30 - 34	2 496
35 - 39	1 485
40 - 44	1 326
45 - 49	625
50 - 54	183
≥ 55	23

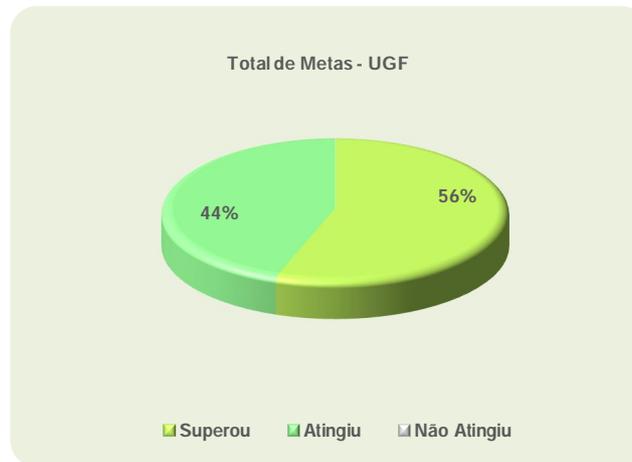
2.3.2. – Departamento de Gestão Financeira e Contratualização (DGFC)

O Departamento de Gestão Financeira e Contratualização (DGFC) compreende:

- Unidade Operacional de Contratualização
- Unidade Operacional de Gestão Financeira
- Unidade técnica de apoio à gestão financeira e orçamental
- Tesouraria.

Integra ainda a Unidade Flexível de Sistemas de Informação (USI)

Para o ano de 2015 o DGFC traçou 3 objetivos operacionais, tendo sido definidas 9 atividades, das quais superou 5 e atingiu 4, o que se traduz numa percentagem de 56% e 44% respetivamente.



Resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 – Gerir e controlar os recursos financeiros afetos à SRS:

- Os pedidos de fundos foram efetuados, na sua maioria, até à data estabelecida. Apenas nos meses de setembro, outubro e novembro o prazo foi excedido;
- Os pedidos de utilização de fundos foram todos efetuados até ao dia 10 de cada mês;
- Cerca de 65% das despesas do ano foram pagas antes do vencimento da fatura.

Objetivo Operacional 2 - Assegurar a Gestão Orçamental do IASAÚDE, IP-RAM:

- Assegurou-se o controlo e execução orçamental permanente da receita e da despesa, com informação até ao dia 10 de cada mês;
- Cerca de 62% das despesas tiveram cabimento até ao 3.º dia após a recepção do seu pedido;
- O registo da execução orçamental na plataforma SIGO foi feito dentro do prazo estabelecido;
- Os registos dos encargos plurianuais na plataforma SCEP/SIGO foram feitos dentro do prazo estabelecido.

Objetivo Operacional 3 – Acompanhar a execução orçamental do IASAÚDE, IP-RAM:

- Os reportes mensais exigidos pela SRF foram, normalmente, entregues dentro do prazo exigido;

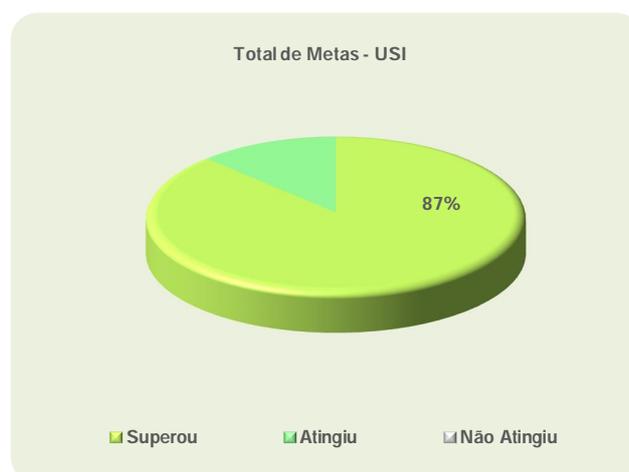
- Os reportes trimestrais exigidos pela DREM foram entregues à SRF dentro do prazo legal.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Gerir e controlar os recursos financeiros afetos à SRS	3	1	2	-
Assegurar a Gestão Orçamental do IASAÚDE, IP – RAM	4	3	1	-
Acompanhar a execução orçamental do IASAÚDE	2	1	1	-
TOTAL	9	5	4	-

2.3.2.1 - Unidade Flexível de Sistemas de Informação (USI)

A Unidade flexível de sistemas de informação (USI) definiu 3 objetivos operacionais para 2015, distribuídos por 8 atividades.

Foram superadas 7 atividades e atingida 1.



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Garantir a fiabilidade e disponibilidade dos principais sistemas (Domínio, Correio Eletrónico, Reembolsos, Recursos Humanos, Financeiros e Expediente)

- Foi superado o grau de execução previamente estabelecido para a atividade de garantir o suporte técnico dos principais sistemas;
- Graças ao empenho da equipa foram garantidos os serviços de comunicação de âmbito global, adequando os níveis de segurança e disponibilidade aos requisitos deste Instituto, tendo sido superado o grau de execução da atividade
- Foi igualmente superada a atividade relacionada com a atualização de hardware e software nos sistemas base;

Objetivo Operacional 2 - Garantir a qualidade e satisfação dos utilizadores em relação aos serviços disponibilizados.

- A atividade relacionada com a implementação de melhorias no sistema informático dos reembolsos – SRS e ADSE, foi superada graças ao empenho e ao conhecimento dos elementos da equipa de informática;
- A apresentação pública do microsite da UCAD foi efetuada dentro da data prevista.

Objetivo Operacional 3 - Otimizar e desmaterializar os processos internos/externos, tendo em vista o desenvolvimento organizacional do IASAÚDE e a melhoria da prestação de serviços aos Utentes:

Todas as atividades afetas a este objetivo operacional foram superadas

- Assegurar o apoio técnico na modernização e simplificação dos processos internos/externos;
- Coordenar a implementação inicial do Centro de Conferência de Faturas (CCF) na Região Autónoma da Madeira.
- Assegurar o apoio técnico nos sistemas de informação instalados no IASAÚDE

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Garantir a fiabilidade e disponibilidade dos principais sistemas (Domínio, Correio Eletrónico, Reembolsos, Conferência, Recursos Humanos, Financeiros e Expediente)	3	3	-	-
Garantir a qualidade e satisfação dos utilizadores em relação aos serviços disponibilizados	2	2	-	-
Otimizar e desmaterializar os processos internos, tendo em vista o desenvolvimento organizacional do IASAÚDE e a melhoria da prestação de serviços aos utentes	3	2	1	-
TOTAL	8	7	1	-

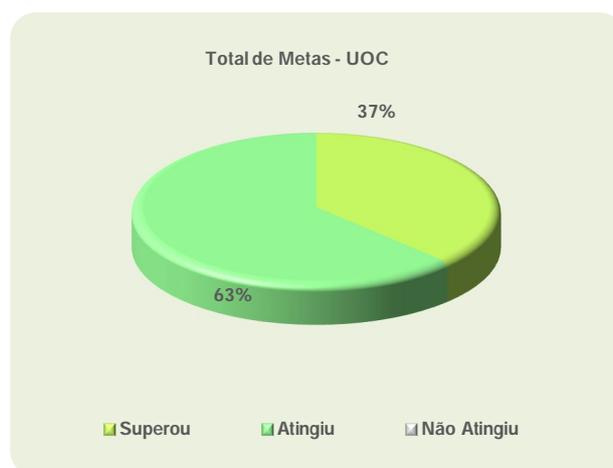
2.3.2.2. – Unidade Operacional de Contratualização (UOC)

A Unidade Operacional de Contratualização compreende:

- A unidade técnica de participações e conferência;
- A unidade técnica de apoio à contratualização.

Para o ano de 2015, a UOC traçou 3 objetivos operacionais que definiram a estratégia da Unidade e estabeleceu 8 atividades estratégicas envolvendo 10 indicadores.

Durante o ano consegui superar 3 atividades e atingir 5.



Objetivo Operacional 1 – Continuação da Implementação do projeto PEM

Durante o ano 2015 a UOC contribuiu para a continuidade da implementação do projeto PEM, atingindo os objetivos propostos.

Foram definidas como prioridades para o ano de 2015, a criação de regras de prescrição e dispensa, bem como de conferência de receituário provindo das farmácias da RAM e a elaboração de um manual de relacionamento com as farmácias da RAM.

Este objetivo culminou com a elaboração do manual de relacionamento com o Centro de Conferência de Faturas (CCF) em dezembro de 2015, sendo que a UOC participou na criação das regras e na elaboração do manual para que fosse possível o envio da conferência de receituário dispensado pelas farmácias para o CCF.

Objetivo Operacional 2 – Melhorar e reduzir o tempo de conferência de MCDT e de Farmácias

Este objetivo, sob a coordenação da UTAC, só foi possível atingir com a realização eficaz das atividades propostas, designadamente:

- Controlo e gestão da amostragem para a conferência;
- Operacionalização da Conferência;
- Gestão da Conferência.

A concretização deste objetivo permitiu o apuramento da despesa do IASAUDE com a realização de MCDT ao abrigo dos acordos de faturação vigentes e com a comparticipação de medicamentos aos utentes do SRS.

Objetivo Operacional 3 – Melhorar a qualidade do serviço de reembolsos

Este objetivo, sob a coordenação da UTR, só foi possível atingir com a realização eficaz das atividades propostas, designadamente:

- Controlo, gestão e acompanhamento da diminuição de erros;
- Acompanhamento e operacionalização da análise processual;
- Gestão das reclamações.

A concretização deste objetivo permitiu o apuramento do número de processos devolvidos, da despesa do IASAUDE com o reembolso de cuidados de saúde quer aos beneficiários da ADSE, quer aos utentes do SRS, e do número de reclamações apresentadas.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Continuação da Implementação do projeto PEM	2	-	2	-
Melhorar e reduzir o tempo de conferência de MCDT e de Farmácias	3	1	2	-
Melhorar a qualidade do serviço de reembolsos	3	2	1	-
TOTAL	8	3	5	-

De acordo com o supra referido foi efetuada a compilação dos dados anuais existentes, comparando-os com os valores obtidos nos dois últimos anos.

1 - Conferência da faturação de farmácias

1.1. Valores Faturados – Farmácias

	2013	2014	Δ % 2013-2014	2015	Δ % 2014-2015
VALORES FATURADOS	26.004.517,13 €	26.181.593,66 €	1%	26.552.653,09 €	1%

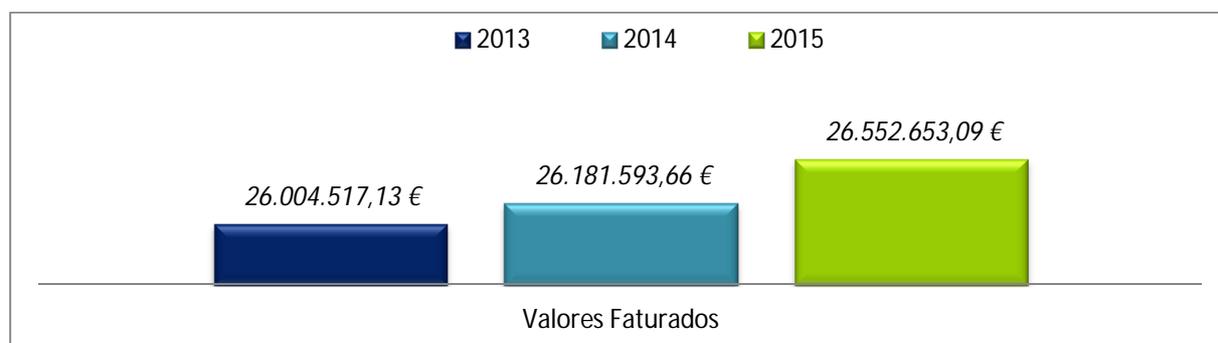


Gráfico 1 -Valores Faturados - Farmácias.

Durante o ano 2015, observou-se um aumento dos valores faturados pelas farmácias mantendo-se em 1%, tal como em 2014.

1.2. Valores Calculados – Farmácias

	Faturado	Calculado	Diferença	%
Ano 2013	26.004.517,13 €	25.766.413,43 €	238.103,70 €	0,9%
Ano 2014	26.181.593,66 €	25.964.563,71 €	217.029,95 €	0,8%
Ano 2015	26.552.653,09 €	26.419.259,73 €	133.393,36 €	0,5%

Em 2015 assistiu-se à propensão para a diminuição das diferenças apuradas, à semelhança do ano anterior, tendo-se mantido o mesmo rigor na conferência.

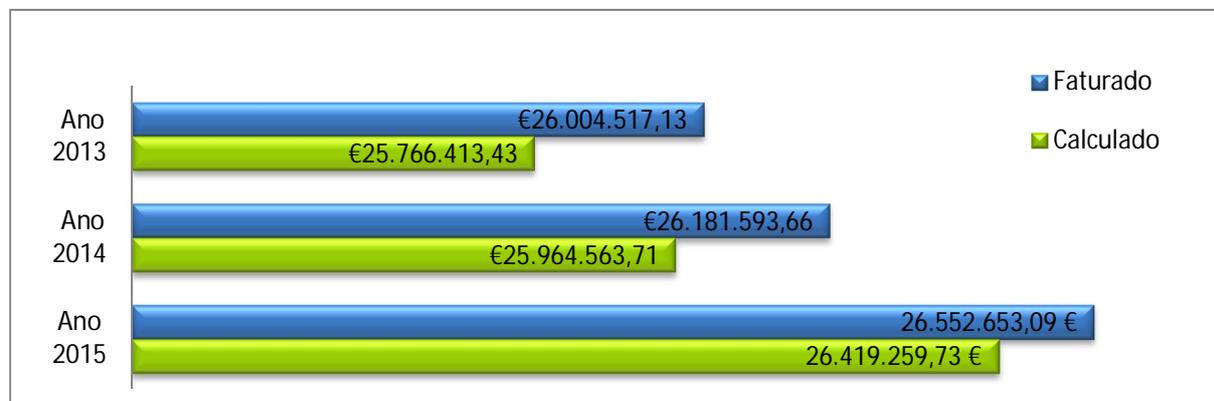


Gráfico 2 -Valores calculados - Farmácias.

1.3. Notas de Lançamento Farmácias 2013-2015

	Solicitadas	Regularizadas	%
2013	238.103,70 €	237.590,24 €	100%
2014	217.029,95 €	215.954,03 €	100%
2015	133.393,36 €	79.096,30 €	59%

No que respeita às notas de lançamento, referentes às diferenças apuradas na conferência de 2015, à data de 31 de dezembro do ano em análise, apurou-se uma taxa de sucesso de 59%.

2. Conferência da faturação de MCDT e outros cuidados de saúde

MCDT e Outros Cuidados	2013	2014	Δ % 13-14	2015	Δ % 14-15
Análises Clínicas	4.313.169,99 €	4.672.962,37 €	8%	4.888.464,43 €	5%
Anatomia Patológica	235.385,75 €	228.933,25 €	-3%	234.088,00 €	2%
Cardiologia	503.940,77 €	642.099,30 €	27%	707.469,91 €	10%
Medicina Física e Reabilitação	1.215.651,40 €	1.308.549,40 €	8%	1.393.182,00 €	6%
Radiologia	1.176.657,52 €	1.309.064,60 €	11%	950.271,01 €	-27%
Ressonância Magnética	370.180,00 €	449.443,00 €	21%	600.507,03 €	34%
Próteses Dentárias	73.619,38 €	79.507,80 €	8%	70.574,05 €	-11%
Cuidados Resp.Domiciliários (CRD)	619.829,99 €	1.793.161,01 €	189%	2.088.387,78 €	16%
Psiquiatria	11.546.446,88 €	11.414.601,52 €	-1%	11.569.609,42 €	1%
Cirurgias	79.935,07 €	88.537,79 €	11%	108.462,37 €	23%
Total	20.134.816,75 €	21.986.860,04 €	9%	22.611.016,00 €	3%

Apesar de menos expressivo que em 2014, o aumento da despesa verificou-se também na conferência de MCDT e Outros Cuidados de Saúde, cujo aumento atingiu os 3% em 2015 face ao ano anterior.

As áreas que mais contribuíram para este aumento foram a Ressonância Magnética, nos MCDT, crescendo em 34%, e as Cirurgias, nos Outros Cuidados de Saúde com 23%. Contrariando esta tendência, esteve a área de Radiologia com uma quebra de 27%, nos MCDT, e as Próteses Dentárias, nos Outros Cuidados de caindo em 11%.

2.1. Valores Calculados – MCDT e Outros Cuidados de Saúde

	Faturado	Calculado	Diferença	%
Ano 2013	20.134.816,75 €	20.056.627,02 €	78.189,73 €	0,4%
Ano 2014	21.986.860,04 €	21.740.895,01 €	245.965,03 €	1,1%
Ano 2015	22.611.016,00 €	22.301.518,14 €	309.497,86 €	1,4%

Em 2015 assistiu-se à propensão para o aumento das diferenças apuradas, à semelhança do ano anterior.

2.2. Notas de Lançamento MCDT e Outros Cuidados de Saúde

	Solicitadas	Regularizadas	%
2013	81.495,73 €	77.699,49 €	95%
2014	245.965,03 €	236.840,44 €	96%
2015	414.668,71 €	298.554,66 €	72%

No que concerne às notas de lançamento referentes aos montantes apurados na conferência de 2015 foram regularizados, à data de 31 de dezembro de 2015, 298.554,66 € obtendo-se uma taxa de sucesso de 72%.

3. Venda de Receituário, Requisições de MCDT e Vinhetas

Compete à UTAC assegurar o fornecimento de blocos vendidos para a prescrição de MCDT e de CRD, blocos de receituário médico e vinhetas identificativas de médicos e de locais de prescrição, apurando-se em 2015, o valores abaixo.

	2013		2014		2015	
	Setor Privado	Setor Público	Setor Privado	Setor Público	Setor Privado	Setor Público
Requisições de MCDT	2.045	420	1.861	670	2.189	500
Receituário	5.197	497	4.729	478	215	170
Vinhetas	34.066	55.299	28.431	47.613	1.140	372
CRD	165	184	215	250	92	210

O decréscimo nas vendas verificado em 2014, manteve-se em 2015. As principais quedas ocorreram ao nível do fornecimento de vinhetas e receituário, consequência do fim do período transitório da implementação da PEM, iniciado no ano anterior, sendo que os prescretores adquirem o material supra através do PRVR, juntando ainda o facto destes agora prescreverem maioritariamente por via eletrónica.

3.1. Receita

Os valores que se seguem refletem a receita obtida em 2015 com a venda de blocos para a prescrição de MCDT e CRD, receituário médico e vinhetas identificativas de médicos e locais de prescrição.

	Setor Privado	Setor Público	Total
MCDT	13.134,00 €	3.000,00 €	16.134,00 €
CRD	368,00 €	840,00 €	1.208,00 €
Receituário	771,77 €	973,15 €	1.744,92 €
Vinhetas	456,00 €	148,80 €	604,80 €
TOTAL	14.729,77 €	4.961,95 €	19.691,72 €

4. REEMBOLSOS

4.1. Número de Processos Devolvidos ADSE e SRS

Tipologia	2013			2014			2015		
	ADSE	SRS	TOTAL	ADSE	SRS	TOTAL	ADSE	SRS	TOTAL
Internamentos/Outros	264	132	396	210	113	323	265	154	419
Estomatologia	146	91	237	86	66	152	102	63	165
Medicina Física Reabilitação	134	10	144	111	16	127	112	----	112
Lentes e Armações	281	----	281	91	----	91	70	7	77
TOTAL	825	233	1058	498	195	693	549	224	773

No ano de 2015 foram devolvidos 773 processos por estarem mal instruídos, não cumprindo com as regras em vigor, mais 80 processos que no ano passado.

4.2. Distribuição dos Valores Reembolsados – SRS

GRUPOS DE CUIDADOS	2013	2014	Δ % 13-14	2015	Δ % 14-15
CIRURGIAS	8.760,05 €	34.657,54 €	296%	24.364,53 €	-30%
CONSULTAS	548.769,97 €	585.977,16 €	7%	629.290,31 €	7%
LENTES E ARMAÇÕES	15.469,90 €	15.042,78 €	-3%	17.195,04 €	14%
MEDICINA DENTÁRIA	724.510,86 €	844.003,96 €	16%	880.896,89 €	4%
MEDICINA FISICA e REABILITAÇÃO	4.762,59 €	14.746,60 €	210%	26.484,61 €	80%
RADIOLOGIA	273.679,96 €	311.984,09 €	14%	590.847,36 €	89%
RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	4.168,40 €	3.237,24 €	-22%	111.621,05 €	3348%
DISPOSITIVOS CONTROLO DIABETES	116.586,82 €	88.260,83 €	-24%	71.492,73 €	-19%
OUTROS	274.890,97 €	337.188,28 €	23%	392.499,69 €	16%
Total	1.971.599,52 €	2.235.098,48 €	13%	2.744.692,21 €	23%

As despesas com os utentes do SRS registaram uma subida na ordem dos 23%, tendo contribuído expressivamente as despesas com Ressonâncias Magnéticas e Radiologia, reflexo do despacho de Sua Exa. o Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais de 09.01.2015, através do qual o IASAÚDE,IP-RAM, passou a assumir o reembolso dos utentes do SRS, quando prescritos pelos médicos do SESARAM, E.P.E.

4.2.1. Distribuição dos Valores Reembolsados – ADSE

GRUPOS DE CUIDADOS	2013	2014	Δ % 13-14	2015	Δ % 14-15
CIRURGIAS	681.935,37 €	954.509,04 €	40%	481.572,94 €	-50%
CONSULTAS	942.448,21 €	868.283,82 €	-8%	734.636,82 €	-15%
LENTES E ARMAÇÕES	554.070,37 €	1.081.569,19 €	95%	596.287,67 €	-45%
MEDICINA DENTÁRIA	1.162.747,24 €	1.256.184,65 €	8%	1.164.081,67 €	-7%
MEDICINA FISICA e REABILITAÇÃO	95.113,95 €	217.688,77 €	129%	135.065,72 €	-38%
RADIOLOGIA	332.298,74 €	329.494,23 €	-1%	300.333,06 €	-9%
RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	111.649,80 €	134.946,20 €	21%	162.226,61 €	20%
LARES E APOIO	129.883,07 €	119.067,59 €	-8%	9.759,04 €	-92%
OUTROS	607.937,46 €	791.294,80 €	30%	522.810,17 €	-34%
Total	4.618.084,21 €	5.753.038,29 €	25%	4.106.773,70 €	-29%

Contrariando o aumento da despesa verificado em 2014 com beneficiários da ADSE, assistiu-se a redução substancial da despesa nesta rubrica, tendo contribuído para tal a assunção pelos serviços centrais da ADSE das despesas apresentadas pelos Aposentados da RAM.

4.2.2 Resumo Valores Reembolsados – ADSE e SRS

	Ano 2013	Ano 2014	Δ % 2013-2014	Ano 2015	Δ % 2014-2015
ADSE	4.618.084,21 €	5.753.038,29 €	25%	4.106.773,70 €	-29%
SRS	1.971.599,52 €	2.235.098,48 €	13%	2.744.692,21 €	23%
TOTAL	6.589.683,73 €	7.988.136,77 €	21%	6.851.465,91 €	-14%

Numa análise global dos valores reembolsados, observou-se uma diminuição significativa face a 2014, na ordem dos 14%, para o qual contribuiu essencialmente a redução verificada nas despesas reembolsadas aos beneficiários da ADSE, tendo compensado a subida da despesa com os utentes do SRS.



Gráfico 3 – Valores reembolsados ADSE e SRS.

4.3. Reclamações

Compete à UTR assegurar o acesso ao Livro de Reclamações do IASAÚDE, IP-RAM, e informar sobre os factos ou situações objeto de reclamação.

	2014	2015
Número de reclamações	9	13

Em 2015 foram acolhidas 13 reclamações apresentadas no Livro de Reclamações do IASAÚDE, IP-RAM, mais 4 do que em 2014.

5. DESPESA GLOBAL - UOC

O quadro abaixo tem por objetivo dar uma visão global em termos de despesa para o IASAÚDE, IP-RAM resultante do trabalho da UOC. Inclui as despesas com os acordos de faturação, com os reembolsos (SRS e ADSE) e com faturação de farmácias.

	2013	2014	Δ % 13-14	Peso	2015	Δ % 14-15	Peso
Farmácias	26.004.517,13 €	26.181.593,66 €	1%	47%	26.552.653,09 €	1%	47%
Acordos de Faturação	20.134.816,75 €	21.986.860,04 €	9%	39%	22.611.016,00 €	3%	40%
Reembolsos (ADSE e SRS)	6.589.683,73 €	7.988.136,77 €	21%	14%	6.851.465,91 €	-14%	12%
TOTAL	52.729.017,61 €	56.156.590,47 €	7%	100%	56.015.135,00 €	0%	100%

No ano 2015 assistiu-se a um crescimento pouco significativo da despesa referente a Farmácias e Acordos de Faturação, contrabalançando esta tendência esteve a descida dos valores reembolsados aos utentes da ADSE e SRS.

A despesa com a comparticipação de medicamentos continua a absorver quase metade da despesa global da UOC, cerca de 47%, seguindo-se os acordos de faturação com 40%, aumentando em 1% comparativamente a 2014, e por último os reembolsos aos utentes do SRS e beneficiários da ADSE, com 12%, que no ano em análise desce 2% face ao ano precedente.

2.3.3. - Gabinete Jurídico (GJ)

O Gabinete Jurídico definiu 3 objetivos operacionais para o ano 2015, aos quais foram associadas 8 atividades.

Todas as atividades foram superadas.



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Emitir pareceres e prestar informações sobre questões de natureza jurídica.

- Todos os pareceres e reclamações foram concluídos no ano de 2014 e adentro dos prazos conferidos e legais, devido ao empenho, dedicação e proficiência dos colaboradores, não tendo existido fatores internos e/ou externos que obstaculizassem a superação da atividade

Objetivo Operacional 2 - Feitura de propostas com caráter normativo ou contratual:

- Todos os atos normativos/regulamentares foram concluídos adentro do prazo conferido, devido ao empenho, dedicação e proficiência dos colaboradores e porquanto não existiram fatores internos e ou externos impeditivos;
- As respostas a reclamações, recursos hierárquicos, contenciosos e juntas médicas de recurso, foram executadas com observância dos prazos conferidos e legais;
- Todos os atos normativos propostos foram concluídos no prazo conferido devido ao empenho, dedicação e proficiência dos colaboradores e uma vez que não existiram quaisquer fatores internos e/ou externos impeditivos.

Objetivo Operacional 3 - Participar e apoiar tecnicamente em grupos de trabalho interna e externamente, júris de concurso de pessoal e no âmbito da contratação pública, bem como assegurar a realização de processos de averiguações, sindicância, disciplinares e o levantamento de autos de notícia ou de participação de ilícito contraordenacional

- A atividade relacionada com a participação e apoio técnico-juríco de projetos no âmbito da atividade do IASAÚDE, IP-RAM, bem como na apresentação de propostas em grupos de trabalho foi superada em +16 devido ao empenho, zelo e dedicação da equipa, não tendo existido fatores internos e/ou externos impeditivos da sua execução.
- A atividade relacionada com a prestação de assessoria técnica, participação em júris no âmbito do recrutamento de pessoal e da contratação pública, bem como na apresentação de propostas de aquisição de bens e serviços foi superada em + 20 devido ao empenho, zelo e dedicação da equipa e porquanto o número de solicitações foi elevado, não tendo existido fatores internos e externos impeditivos da sua execução.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Emitir pareceres e prestar informações sobre questões de natureza jurídica.	3	3	--	-
Feitura de propostas com carácter normativo ou contratual.	3	3	-	-
Participar e apoiar tecnicamente em grupos de trabalho interna e externamente, júris de concurso de pessoal e no âmbito da contratação pública, bem como assegurar a realização de processos de averiguações, sindicância, disciplinares e o levantamento de autos de notícia ou de participação de ilícito contraordenacional	2	2	-	-
TOTAL	8	8	-	-

2.3.4. - Gabinete de Assuntos Farmacêuticos (GAF)

O Gabinete de Assuntos Farmacêuticos definiu 3 objetivos operacionais para o ano 2015, aos quais foram associadas 5 atividades.

Destas o GAF superou 3 e atingiu 2, o que se traduz numa percentagem de execução de 60% e 40% respetivamente.



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Assegurar as atividades no âmbito do licenciamento dos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento:

- Superação em +15% da atividade de análise e emissão de pareceres de licenciamento de novas farmácias, de transferências e de obras, de grossistas, de locais de venda de medicamentos não sujeitos a receita médica (MNSRM) e entidades para proceder à aquisição de substâncias controladas e de pedidos de dispensa de medicamentos ao domicílio e através da internet;
- Superação da atividade em +15% referente à realização das vistorias solicitadas no âmbito de licenciamentos, no prazo legal, proporcionada pelas condições favoráveis.

Objetivo Operacional 2 - Assegurar as atividades no âmbito do cumprimento das normas aplicáveis aos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento:

- Foi cumprida a atividade de inspeção aos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento.

Objetivo Operacional 3 - Assegurar as atividades no âmbito da conformidade do exercício farmacêutico e da comercialização de medicamentos:

- Foram efetuadas ações de âmbito técnico-normativas dirigidas aos profissionais de saúde e estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento, e no âmbito da promoção do uso racional de medicamentos e da farmacovigilância
- Foram emitidos pareceres e informações no âmbito dos assuntos farmacêuticos e respetiva legislação

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Assegurar as atividades no âmbito do licenciamento dos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento	2	2	-	-
Assegurar as atividades no âmbito do cumprimento das normas aplicáveis aos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento	1	-	1	-
Assegurar as atividades no âmbito da conformidade do exercício farmacêutico e da comercialização de medicamentos	2	-	2	-
TOTAL	5	2	3	-

2.3.5. – Serviço de Defesa do Consumidor (SDC)

O Serviço de Defesa do Consumidor definiu 2 objetivos operacionais associados a 13 atividades. Destas, consegui superar 10 e atingir 3, o que se traduz numa % de 69% e 31% respetivamente.



Principais resultados:

Objetivo Operacional 1 – Dinamizar o sistema de defesa do consumidor:

- Durante o ano 2015, não foi recebida nenhuma reclamação, pelo que a atividade foi superada;

- O tempo de resposta às solicitações estabelecido foi cumprido;
- Durante o ano, foram dinamizadas 66 ações de sensibilização/informação aos consumidores, superando-se assim a meta estabelecida.

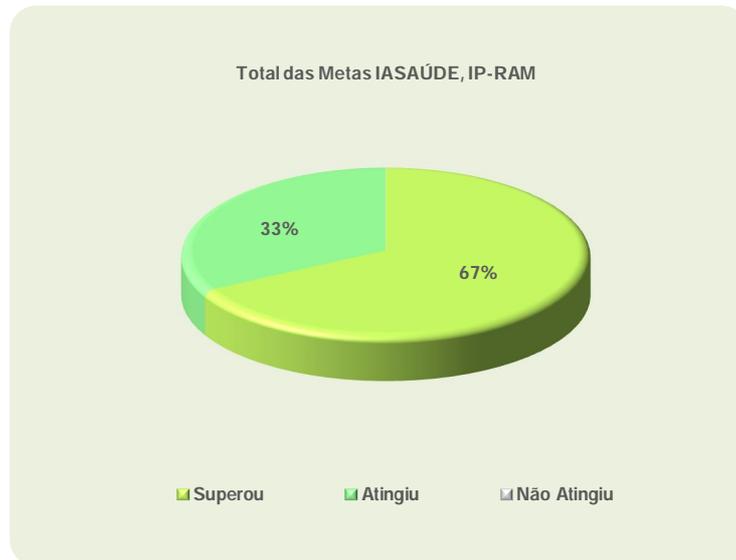
Objetivo Operacional 2 – Garantir a gestão eficiente de receção e encaminhamento de processos administrativos:

- O prazo previamente estabelecido para efetuar o tratamento dos processos administrativos foi superado graças à coesão na condução dos trabalhos;
- O lançamento de informações/reclamações na base de dados dos consumidores foi efetuado conforme estabelecido;

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Dinamizar o sistema de defesa do consumidor	9	7	2	-
Garantir a gestão eficiente de receção e encaminhamento de processos administrativos	4	3	1	-
TOTAL	13	10	3	-

III - AVALIAÇÃO FINAL

Durante o corrente ano o IASAÚDE, IP-RAM propôs-se realizar 122 atividades previstas. Destas conseguiu superar 82 e atingir 40, o que representa uma percentagem bastante positiva na execução do plano de atividades, sendo 67% das atividades superadas e 33% atingidas.



Pela natureza e multiplicidade das funções que desempenha e pela diversidade das suas áreas de atuação, o IASAÚDE, IP-RAM relaciona-se com um universo vasto de interlocutores de natureza heterogénea. Nesse contexto, a prossecução de uma estratégia de comunicação externa ativa, como canal privilegiado para melhorar o conhecimento da instituição, reveste-se de uma importância crucial, seja, por um lado, na vertente de relacionamento e interação com o cidadão em geral e por outro lado, no prisma da interlocução com as entidades para as quais o IASAÚDE deve emitir instruções e prestar esclarecimentos, enquanto entidade que procede à definição e implementação de políticas, normalização, regulamentação, planeamento e avaliação em saúde.

Para a execução das atividades previamente definidas, foi realizado um levantamento das necessidades de recursos humanos e financeiros de forma a alocar devidamente as pessoas às diferentes tarefas e os recursos materiais e financeiros necessários à sua concretização, efetuando assim um planeamento mais eficaz com vista a uma maior eficiência e a obtenção de um menor número de desvios na execução do plano.

No que diz respeito à intervenção preventiva desenvolvida pela Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências, orientou-se pelo investimento e reforço na diversidade, qualidade e rigor técnico científico das ações implementadas.

Ao nível dos programas de intervenção preventiva optou-se pelo investimento e reforço na diversidade, qualidade e rigor técnico científico das ações implementadas, tentando atingir um maior número de público-alvo, promovendo uma ação mais pessoal por forma a promover a consciencialização das problemáticas quer ambientais, quer sociais.

Em relação à atividade formativa dinamizada pelo IASAÚDE, IP-RAM, visto que esta depende, na sua maioria, dos fundos comunitários que nos são atribuídos, no corrente ano ficou muito aquém do que estava previsto realizar, visto que sem esse apoio financeiro fundamental, é praticamente impossível gerir o Plano de Formação.

No entanto verificou-se que os trabalhadores procuraram obter formação recorrendo a outras entidades, quer tanto em regime de comissão gratuita de serviço com também em comissão de serviço.

Na área financeira verificou-se uma taxa de execução orçamental na ordem dos de 94,10%.